

**PROJETO DE LEI Nº 010/2021, DE 07 DE ABRIL DE 2021.**

Altera Disposições da Lei 1.501/2018 e dá outras providências.

**EDUARDO PICOLOTTO**, Prefeito Municipal de Água Santa, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**FAZ SABER** que enviou para análise do Poder Legislativo Municipal o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** - Altera disposições da Lei Municipal 1.501 de 03 de Abril de 2018 que instituiu o Serviço Municipal de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal de Água Santa-SIM, que passa a vigor com a seguinte redação

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Água Santa, visando assegurar a preservação da saúde pública através da Inspeção Industrial e Sanitária dos produtos de origem animal no Município.

**Art. 2º** - INSTITUI O SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DE ÁGUA SANTA, de competência do Município, nos termos da Lei Federal Nº 7889/89 de 23 de novembro de 1989, será executado pelo Setor de Serviço Inspeção de Produtos de Origem Animal.

**Art. 3º** - A responsabilidade pela Inspeção dos Produtos de Origem Animal será da equipe técnica da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, através do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), que poderá se assessorar de outros profissionais e entidades, da Secretaria Estadual da Agricultura Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR), do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) mediante a realização de convênios.

**Art. 4º** - A criação do SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL visa oferecer um serviço preventivo de saúde pública no combate à incidência de zoonoses e toxi-infecções alimentares, combate ao abigeato, ao comércio clandestino de produtos de origem animal e cumprimento das normas relativas às condições gerais para funcionamento dos estabelecimentos de produtos de origem animal.

**Art. 5º** - A inspeção será exercida em estabelecimento de abate, beneficiamento e manipulação de produtos de origem animal, mediante requisição destes, em documento formal, junto ao setor competente da municipalidade. A responsabilidade pela fiscalização e inspeção será da equipe técnica do Serviço de Inspeção Municipal.

**Art. 6º** - São obrigatórios o registro, a inspeção e a fiscalização, sob ponto de vista industrial e sanitário de todos os produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados e em trânsito no Município de Água Santa.

**Art. 7º** - A inspeção industrial e sanitária realizada pelo SIM-Água Santa será exercida em caráter permanente ou periódico, conforme os estabelecimentos registrados.

**§ 1º** - A inspeção municipal será instalada em caráter permanente ou periódico, nas seguintes hipóteses:

**a)** Terão Inspeção Municipal em caráter permanente os estabelecimentos de carne e derivados que abatem e industrializam as diferentes espécies de animais e outros que se julgar necessário.

**b)** Os estabelecimentos não enquadrados na alínea anterior terão Inspeção Municipal periódica, a juízo do SIM;

**§ 2º** - O caráter permanente será regulamentado em face do volume do abate ou industrialização.

**Art. 8º** - O Serviço de Inspeção Municipal terá como objetivos:

**a)** Realizar a inspeção e reinspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, bem como de seus subprodutos e derivados nas formas a serem previstas por Decreto Municipal que instituirá o regulamento de inspeção municipal de produtos de origem animal.

**b)** Autorizar e liberar o funcionamento de estabelecimentos que desenvolvam atividades com produtos de origem animal, registrar produtos e rótulos, aprovar projetos sanitários, transferir registros, conceder o número de título registro do estabelecimento, bem como os carimbos de inspeção.

**c)** Vistoriar os estabelecimentos de produtos de origem animal, expedindo os correspondentes laudos.

**d)** Aprovar o uso de rótulos em matérias-primas, subprodutos e derivados de origem animal, concedendo, para tanto, o número de registro dos mesmos.

**e)** Registrar dados estatísticos referentes ao abate, condenação de produtos e outros que por ventura se tornem necessários.

**f)** Praticar todos os demais atos concernentes aos objetivos sociais previstos, observando e fazendo cumprir as normas da presente Lei e demais legislações e normas pertinentes.

**g)** Efetuar parceria com os demais órgãos Estaduais e Federais para fiscalização no Município dos produtos e subprodutos de origem animal.

**Art. 9º** - O Serviço Municipal de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal de Água Santa - SIM terá um Coordenador Geral como responsável pelo serviço, cargo a ser ocupado exclusivamente por um(a) Médico(a) Veterinário(a).

**Art. 10º** - Nos casos de emergência em que ocorra risco à saúde ou ao abastecimento público o Município poderá contratar médicos veterinários, para atender os serviços de inspeção prévia e de fiscalização, por tempo não superior a seis meses.

**Parágrafo único** - A contratação será autorizada pelo Prefeito Municipal que fixará a remuneração dos contratados em níveis compatíveis com o mercado de trabalho e dentro dos recursos orçamentários disponíveis.

**Art. 11º** - O S.I.M. será formado por um Grupo Consultivo ou Comissão Gestora.

**Parágrafo Único.** O Grupo Consultivo ou Comissão Gestora deliberará acerca do Coordenador do SIM, que, obrigatoriamente, deverá ser Médico Veterinário, e será o presidente da comissão.

**Art. 12º** - Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabível, a infração à legislação referente aos produtos de origem animal acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

**I** - Advertência por escrito, quando o infrator for primário e não tiver agido de má-fé;

**II** - Multa de 10(dez) a 500(quinhetos) URM's, nos casos não compreendidos no inciso I;

**III** - Apreensão e/ou condenação das matérias-primas, insumos, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitária adequadas ao fim a que se destinam ou forem adulterados;

**IV** - Suspensão da atividade que cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de embarço à ação fiscalizatória; e

**V** - Interdição total ou parcial, do estabelecimento quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitária adequadas.

**§ 1º** - As multas previstas neste artigo serão agravadas até o grau máximo, nos casos de artifício, ardil, simulação, desacato, embarço ou resistência à ação fiscal, levando-se em conta, além das circunstâncias atenuantes ou agravantes, a situação econômico-financeira do infrator e os meios ao seu alcance, para cumprir a lei.

**§ 2º** - A interdição de que trata o inciso V poderá ser levantada, após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

**§ 3º** - Se a interdição não for levantada nos termos do § 2º, decorridos 12(doze) meses, será cancelado o registro do estabelecimento.

**Art. 13º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 14º** - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA SANTA

**EDUARDO PICOLOTTO**  
Prefeito Municipal

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS 010/2021**

Senhor Presidente;

Senhores Vereadores;

Enviamos para apreciação de Vossas Senhorias, Projeto de Lei que altera a Lei 1.501/2018 que instituiu o Serviço Municipal de Inspeção Industrial e Sanitária de produtos de origem animal de Água Santa - SIM.

A alteração proposta se faz necessário uma vez que o município está com Processo junto ao Governo do Estado para adesão Serviço Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte - SUSAF/RS e após análise técnica das informações enviadas a resposta foi de que o município não atendeu todos os requisitos de acordo com o Decreto Estadual 55.324/2020.

A Lei 1.501/2018 confunde a expressão sistema e serviço em sua criação do SIM, onde o ideal que seja referido apenas como “Serviço de Inspeção Municipal”, com a supressão da expressão “sistema” quando mencionar o SIM.

A referida Lei não está de acordo, pois faltam elementos chave em sua inclusão, dentre estes: não deixa claro quais são os estabelecimentos que necessitam registro, e não deixa claro a obrigatoriedade do registro de todos os estabelecimentos que processem produtos de origem animal;

Não menciona também que a atividade de coordenador do SIM deve ser exercida por médico veterinário, uma vez que é atribuição exclusiva do mesmo, conforme Lei CFMV 5517/68;

A adesão ao SUSAF permitirá a comercialização intermunicipal de produtos de origem animal oriundos de estabelecimentos fiscalizados pelos Serviços de Inspeção Municipais credenciados pelo Estado.

Assim sendo, Senhores Legisladores, convictos de que a adequação em nossa legislação trará maiores benefícios aos estabelecimentos que comercializam produtos de origem animal, deixamos o presente projeto à sua análise, certos de que o mesmo é merecedor de aprovação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA SANTA  
07 de Abril de 2021

**EDUARDO PICOLOTTO**  
Prefeito Municipal

Ilmo Sr.  
**Ver. OLICE ANTÔNIO GIACOMIN**  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores  
Água Santa - RS